



10º Encontro Internacional de Política Social
17º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Democracia, participação popular e novas resistências
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

Eixo: Classe Social, Gênero, Raça, Etnia e Diversidade Sexual

O trabalho doméstico feminino racializado no capitalismo dependente na perspectiva unitária

Ana Cristina Oliveira de Oliveira¹
Carolina Sant' Ana Duarte Ventura²
Fernanda Arruda de Oliveira³
Isabella Regina Damasceno Ferraz⁴

Resumo: O artigo tem como objetivo pensar a relação entre superexploração da força de trabalho, defendida pela Teoria Marxista da Dependência (TMD), e o trabalho doméstico feminino, pela Teoria da Reprodução Social (TRS), numa totalidade articulada e contraditória de relações de exploração, dominação, alienação e reprodução social. Esse artigo, ancora-se no método materialista histórico-dialético e é fruto de revisão bibliográfica e documental de pesquisa. Os resultados apontam para a invisibilidade da estrutura da reprodução social intrinsecamente relacionada à produção social e para incidência de forma mais acentuada nas mulheres negras pela construção social do racismo estrutural no capitalismo dependente brasileiro.

Palavras-chave: Reprodução social; Superexploração da força de trabalho; Divisão sociosexual e racial do trabalho; Trabalho doméstico feminino.

Racialized female domestic work in dependent capitalism from a unitary perspective

Abstract: The article aims to think about the relationship between overexploitation of the workforce, defended by the Marxist Theory of Dependence (TMD), and female domestic work, by the Theory of Social Reproduction (TRS), in an articulated and contradictory totality of exploitation relations, domination, alienation and social reproduction. This article is anchored in the historical-dialectical materialist method and is the result of a bibliographical and documentary research review. The results point to the invisibility of the structure of social reproduction intrinsically related to social production and to a more pronounced incidence on black women due to the social construction of structural racism in Brazilian dependent capitalism.

Keywords: Social reproduction; Overexploitation of the workforce; Sociosexual and racial division of labour; Female domestic work.

¹ Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PGSSDR). Email: anacristinaoliveira@id.uff.br

² Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Email: carolinaventura@id.uff.br

³ Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PGSSDR) pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Email: fernandao@id.uff.br

⁴ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Email: isabelladamasceno@id.uff.br

1. Introdução

*“Que ninguém se engane,
só se consegue a simplicidade através de muito trabalho”
Clarice Lispector*

As análises marxistas sobre os rumos da classe trabalhadora global têm sido desafiadas teoricamente. Um elemento crucial é o reconhecimento da estrutura da reprodução social intrinsecamente relacionada à produção social.

Desafio este que explicita um olhar mais apurado na compreensão da classe trabalhadora para além da esfera produtiva. Nesse sentido, a Teoria da Reprodução Social (TRS) vem acumulando e contribuindo para desvelar a existência da vida produtiva sob o domínio direto do capitalismo e desnudar a esfera reprodutiva como uma unidade dialética. Diante disso, surge uma questão: a reprodução da vida social, apesar de ser trans-histórica, estaria relacionada à exploração do trabalho de um capitalismo heterossexista, racista e de caráter dependente?

A relação entre o mundo do público (espaços de produção de valor) e o mundo privado (espaços de reprodução da força de trabalho) indica uma revisão crítica da teoria do valor e implica reconhecer uma forma histórica particular de trabalho integrada ao modo de produção capitalista. Nestes termos, a intenção do artigo é pensar a relação entre superexploração do trabalho, defendida pela Teoria Marxista da Dependência (TMD), e o trabalho doméstico feminino, pela Teoria da Reprodução Social (TRS), numa totalidade articulada e contraditória de relações de exploração, dominação, alienação e reprodução.

Esse artigo, ancora-se no método materialista histórico-dialético e é fruto de revisão bibliográfica e documental de pesquisa. E, com isto, o texto aborda a inserção da classe trabalhadora no contrato sexual na esfera doméstica determina que as mulheres sejam os sujeitos responsáveis pela reprodução e pelo cuidado, incidindo de forma mais acentuada nas mulheres negras pela construção social do racismo estrutural.

2. Trabalho doméstico feminino racializado: exploração, dominação e opressão na perspectiva unitária

A divisão sociossexual e racial do trabalho doméstico feminino é um fenômeno complexo e intrínseco ao capitalismo, ao racismo e ao patriarcado. Dimensões que estruturam a atual realidade. As atividades não remuneradas relacionadas ao cuidado

desempenham uma função essencial na reprodução da força de trabalho necessária para a acumulação capitalista e para a manutenção e valorização do capital. Contudo, o trabalho reprodutivo é estrategicamente invisibilizado por se tratar de um trabalho expropriado de caráter oculto, que não corresponde ao que gera mais valor (mais-valia). Dialogando com Carla Ferreira e Gustavo Fagundes (2021, p. 72) entendemos que

O trabalho doméstico imposto às mulheres pode ser analisado como uma forma oculta das relações de reprodução social sob o modo de produção capitalista. E mais, o que define seu caráter oculto é o fato de se constituir como trabalho expropriado. Um trabalho não pago que não equivale ao conceito de mais valor, embora tampouco compareça no contrato de trabalho. Diversamente do trabalho produtivo, trata-se de um trabalho não pago oculto em parte das atividades reprodutivas, que se adere ao capital na esfera da circulação e, portanto, participa indiretamente da extração de mais valor do conjunto da classe trabalhadora porque contribui para a estratégia do capital de rebaixamento estrutural do valor da força de trabalho.

Com base nisso, vale contextualizar que o teórico revolucionário prussiano, Friedrich Engels (2019), em sua obra “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, atrela o patriarcado ao surgimento da propriedade privada, pois este fenômeno contribuiu diretamente para a família assumir um modelo monogâmico de relacionamento, o que desaguou na gênese de um sistema fechado de dominação e opressão do homem sobre a mulher. É a partir desse momento que a mulher também passa a ser considerada uma propriedade, a qual deve ser controlada e explorada, visto que se tornou um importante instrumento para a perpetuação da riqueza, de forma fidedigna, da família a qual pertence.

Sob esse viés, é possível perceber que a divisão sociossexual do trabalho separa as tarefas e os cargos entre homens e mulheres de maneira hierarquizada. Essa estrutura começa a impor relações sociais desiguais, que se expressam em todos os âmbitos da sociedade. No que se refere ao trabalho, por exemplo, a história nos mostra que os melhores empregos e salários são para os homens, enquanto as mulheres são destinadas a trabalhos de baixo prestígio e de menor remuneração, que normalmente são voltados para atividades que exigem cuidado, zelo, amor, afeto e apaziguamento das relações de poder.

Somado a isso, majoritariamente são as mulheres que se tornam responsáveis pelo trabalho doméstico não remunerado, ou ainda remunerado. São tarefas desvalorizadas pela sociedade, ainda mais quando realizadas por mulheres racializadas e de classes subalternas, mesmo sendo imprescindíveis para a reprodução da força de

trabalho.

Carole Pateman (1993), em seu livro “Contrato Sexual”, afirma que a suposta liberdade abordada pela Teoria do Contrato Social Original só é possível porque existe um “Contrato Sexual” implícito nele, de dominação e opressão da mulher. Sendo o Contrato Social uma história de liberdade e o Contrato Sexual uma narrativa de sujeição e exploração. Esse fato fez com que a divisão desigual dos papéis de gênero, presente nas instituições e nas formas de pensar o mundo, fosse naturalizada.

Quando as análises sobre as desigualdades sociais reconhecem que, além do gênero e da classe, as questões étnico-raciais também são parte estruturantes do capitalismo dependente é possível identificar que essas são dimensões de uma totalidade.

Portanto, a exploração gerida pela classe, a dominação exercida pela raça e a opressão resultante do patriarcado, quando analisadas simultaneamente, criam uma perspectiva unitária dos problemas gerados pelo capital, onde a mulher negra é o alvo central de todos eles em conjunto. Por isso, é indispensável conceber a dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça (Fagundes e Ferreira, 2021). Pois, embora a questão social seja universal e intrínseca ao sistema capitalista, suas expressões são vivenciadas de maneiras diferentes pelos diferentes sujeitos. Ou seja, o capitalismo não é a única estrutura de dominação, já que o racismo e o patriarcado também são responsáveis por estimular e legitimar a opressão e a exploração da classe trabalhadora.

Essas discussões dentro do contexto do capitalismo dependente tomam uma forma interessante, e assim, conforme indicava Santos (2000), a realidade dos países dependentes é que não estavam apenas sofrendo um processo de ausência de desenvolvimento, mas sim comportava uma estrutura oriunda do movimento do capital que gerava simultaneamente riqueza e pobreza. Segundo Santos (2011, p. 361),

A dependência é uma situação na qual um certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia a qual está submetida. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre estas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem expandir-se e auto impulsionar-se, enquanto que outros países (os dependentes) só podem fazê-lo como reflexo dessa expansão, que pode atuar positiva e/ou negativamente sobre seu desenvolvimento imediato. De qualquer forma, a situação de dependência conduz a uma situação global dos países dependentes que os situa em atraso e sob a exploração dos países dominantes.

As análises desses aspectos, nessa ocasião, estão ligadas de forma íntima às relações de poder, exploração e opressão. Por isso, a necessidade de fazer as devidas discussões no âmbito do processo de acumulação e expansão do capitalismo. Ainda mais, na forma condicionada e dependente que o Brasil, e América Latina como um todo, se assenta na exploração mundial.

Entendemos que esse processo, leva então, a um cenário profundo de integração dos países latinos determinada na integração condicionada, desse movimento de expansão do capital. A estrutura que permite essa possibilidade, é aquela herdada do processo de imperialismo e que se intensifica no contexto mais mundializado do Capital.

Bambirra (2012, p. 38), caracteriza isso de forma mais clara, sob a compreensão oriunda dos argumentos de Theotônio dos Santos no texto *La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina*, as quais podem ser traduzidos:

- a. Em primeiro lugar, devemos caracterizar a dependência como uma situação condicionante. A dependência é uma situação na qual certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual se encontra submetida. [...]. Uma situação condicionante determina os limites e possibilidades de ação e comportamento dos homens. [...]
- b. Deste ponto podemos chegar a nossa segunda conclusão geral introdutória: a dependência condiciona uma certa estrutura interna que a redefine em função das possibilidades estruturais das diferentes economias nacionais.

Por isso, essas relações além de estruturantes, são interligadas em um processo intenso de mercantilização da vida social, da expropriação plena dos meios de sobrevivências, e aos poucos vão moldados as relações de classe, gênero e raça/etnia do sistema capitalista. Assim, a estrutura herdada de um processo de acumulação primitiva, as formulações do colonialismo e da escravidão foram fundamentais para moldar as relações sociais contemporâneas. Em especial no Brasil, determinam as relações de gênero e étnico-raciais. Por isso, não podem ser analisadas de formas separadas, mas em uma unidade dialética de discussão.

Isso porque, entendemos que a interconexão referente aos processos históricos da escravidão e revolução industrial se relaciona às explorações das Américas, e de um processo violento de expropriação de corpos e saberes das mulheres, que são moldados as relações de trabalho e a reprodução dessa exploração.

Nesse cenário Ferreira e Fagundes (2021), chama atenção para um elemento, o controle sobre a reprodução das mulheres, tanto na escravidão, como na sociedade capitalista, como parte de um processo crucial da expropriação. E como nas sociedades modernas perpetuam essas violências, em uma ordem assentada no racismo e patriarcalismo.

Essa realidade é expressa pelos processos constitutivos da superexploração da força de trabalho e da expropriação dos meios de produção onde a industrialização nos países de economia dependente contribuiu para a divisão racial do trabalho e, conseqüentemente, para a racialização do exército industrial de reserva. Este é um dos fatores que elucidam o racismo como parte integrante das estruturas do capitalismo dependente, contribuindo para a superexploração da força de trabalho. De forma inevitável, isso implica em sobretrabalho para o exército ativo, como podemos ver na fala dos autores abaixo:

O processo de industrialização dependente no Brasil e na América Latina (Bambirra, 2012) lançou as bases de uma divisão racial do trabalho que redundou em uma racialização do exército industrial de reserva no Brasil, o qual cumpre a função de rebaixamento dos salários para abaixo do valor da força de trabalho e implica em sobretrabalho para o exército ativo de trabalhadores. Por isso, o racismo articula-se estruturalmente com a superexploração, contribuindo para efetivar suas diversas formas e, mais do que isso, para naturalizá-las (Fagundes, 2020). Embora, não exista uma legislação abertamente segregacionista no Brasil (Almeida, 2019), essa é uma realidade que se impõe via superexploração do trabalho (Fagundes e Ferreira (2021, p. 70).

Ainda acerca disso, também vale ressaltar uma das importantes contribuições do sociólogo brasileiro Clóvis Moura, o qual afirma que o racismo é “um dos galhos ideológicos do capitalismo” (Moura, 1994, p. 3). Logo, este é um

[...] elemento estruturante das relações de poder no Brasil, e, portanto, da violência de Estado. Quando falamos de racismo estamos considerando um mecanismo estrutural que garante a exclusão seletiva de determinados grupos racialmente subordinados. Especialmente no Brasil onde o racismo se configura como um sistema de dominação e manutenção do status quo, baseado em estratégias diversas de cunho ideológico, legislativo e de construção/disputas de narrativas acerca do que representam as pessoas negras e de como o Estado irá lidar com essas representações (Guariento; Cruz, 2018, p. 25).

Esta abordagem dialética, que leva em consideração as múltiplas dimensões da opressão e da exploração — não apenas no que diz respeito aos principais conceitos mencionados neste texto, mas também as particularidades relacionadas a idade, sexualidade, território, deficiência, identidade, entre outras — possibilita a

desnaturalização da ideologia dominante que legitima como opera o capitalismo. Essa concepção evidencia a necessidade de uma transformação estrutural dessas hierarquias, que determinam estrategicamente como os diferentes segmentos sociais acessam bens, serviços e direitos.

Estas múltiplas dimensões da opressão e exploração racializada compõe, portanto a construção de uma relação estrutural e estruturante de subordinação e opressão da mulher espoliada, superexplorada e duplamente oprimida, pelo sexo e também pela raça (Fagundes e Ferreira, 2021). Essa é uma particularidade do capitalismo *sui generis* (Marini, 1976) brasileiro que urge atentarmos numa perspectiva de totalidade social.

3. A relação entre esfera produtiva e reprodutiva como unidade dialética do modo de produção racista- patriarcal- capitalista

A reprodução social se refere ao processo de reprodução do trabalho para continuar gerando capital fora da esfera produtiva (Bhattacharya, 2013). Vogel (2013 [1983]), ao incorporar nos estudos da teoria marxista do valor, recupera a perspectiva da reprodução social sob os contornos do trabalho não-remunerado buscando responder qual seria a base material da opressão das mulheres no capitalismo. Contudo, a sua análise permeia numa perspectiva que, descolada de outras elaborações teóricas contemporâneas, explica a opressão de gênero no capitalismo. A explicação parte do cerne da opressão pela composição unitária e sistêmica deste fenômeno. Tomando a particularidade das relações de gênero no feminismo-marxista, Ruas (2020, p. 380) explicita essa problematização

a TRS avança em relação à formulações anteriores da perspectiva unitária no sentido de desenvolver uma compreensão da dinâmica que envolve a produção capitalista e a reprodução da vida cotidiana da classe trabalhadora, i.e., as relações de opressão, exploração, expropriação e alienação nas sociedades contemporâneas. Trata-se de importante e distinta chave de análise das interações entre classe, raça, gênero e sexualidade no capitalismo.

Dentro da produção como elucidamos, o trabalhador possui seu valor de uso indispensável ao capital, por ser a única parte do processo capaz de gerar valor, e atuar sob os meios de produção, não por seu corpo, mas pela sua força de trabalho, que se transforma em uma mercadoria dita por Marx como “peculiar” justamente por sua capacidade de gerar valor e mais-valor e de não poder ser reproduzida pelos meios de

produção. Nesta perspectiva Saraiva (2021, p.30) complementa que nesse “processo, portanto, a força de trabalho é capaz de valorizar o valor, produzindo mais-valor que estará contido no produto final e que será realizado (consumado) no processo de circulação quando a mercadoria for vendida”.

Durante o processo de produção da mercadoria Marx (2017, p163) afirma no capítulo 1, do Volume 1 do Capital “Como valores todas as mercadorias são apenas medidas determinadas de tempo de trabalho cristalizado”, onde para ser mercadoria é necessário que esse objeto possua um valor de uso. Sua utilidade somada ao corpo da mercadoria possui valores de troca. Seu valor de troca se baseia na quantidade de trabalho socialmente necessário para ser produzido associado a necessidade do produto.

Logo, com a conformação da estrutura capitalista enquanto definidora do modo de vida social na atualidade, o modo de produção e reprodução das relações sociais molda a massa trabalhadora. No amadurecimento do capital, pós Revolução Industrial, no processo de valorização do capital, a produção do capital variável (trabalho vivo) na relação com o capital constante (trabalho morto) deu continuidade se reproduzindo, gerando e mantendo a força de trabalho viva, suprindo suas necessidades físicas e mentais.

Para isso, precisa ainda consumir seus meios de subsistência, o custo médio de produção desse trabalhador. Por conseguinte, o seu salário, que lhe possibilita essa aquisição de meios, será determinado por elementos históricos e geográficos dentro do contexto da divisão internacional, sexual e racial do trabalho. Esta está sujeita a desvalorização das necessidades desse trabalhador que deve acessar apenas o decidido como essencial a sua manutenção, a fim de promover a espoliação da mais valia desse trabalhador, gerando a acumulação de capital aos detentores dos meios de produção.

Considerando que historicamente o trabalho é ontológico do ser social e a produção de valor é desprendimento de tempo, se faz necessário olhar para o trabalhador quem produz o produtor de valor, colocando o trabalho doméstico enquanto processo dentro da cadeia produtiva. Sob esta análise Saraiva (apud Cisne, 2021, p 64) recupera a relação entre esfera produtiva e reprodutiva como unidade dialética do modo de produção racista- patriarcal- capitalista.

De modo diferente, cremos na existência de um único modo de produção em vigor. Cabe, contudo, entender que ele não se restringe à esfera produtiva. Até porque essa esfera depende da reprodução social que, por sua vez, é garantida em grande medida pelo que Delphy denomina de “modo de produção doméstico”. Esse modo de produção se realiza por meio da exploração patriarcal sobre o “trabalho desvalorizado” das mulheres, realizado não apenas nos limites da casa, mas também, fora dela como vimos anteriormente. Em outras palavras, as esferas produtivas e reprodutivas são indissociáveis, consubstanciais. Sendo esse modo de produção estruturado pelas relações de classe “raça”, e sexo (incluindo sexualidade) podemos denominá-lo de modo de produção racista- patriarcal- capitalista. Temos, portanto, um único sistema, um único modo de produção, mas conformado por essas relações - mediações e contradições - que são dialeticamente consubstanciais e coextensivas.

Conforme a Teoria da Reprodução Social, podemos considerar a reprodução como todo o trabalho doméstico necessário para a formação dessa força viva de trabalho, considerando a responsabilidade da transformação das mercadorias em meios de subsistência, que historicamente é marcado pela divisão sociosexual e racial do trabalho no capitalismo dependente brasileiro. O ato de gerar o trabalho formativo e o cuidado da força viva de trabalho é destinado historicamente às mulheres.

O capitalismo, assim, se ocupou em incorporar e aprofundar no seu modus operandi as ferramentas de opressão e dominação como o patriarcado e o racismo para perpetuar a desigualdade de classes e a exploração. Conforme Nogueira e Passos (2020) a família ocupa um espaço de perpetuação da dominação e exploração das mulheres com a (in)visibilização do trabalho doméstico enquanto trabalho, garantindo a servidão voluntária nos afazeres domésticos.

As autoras ainda nos lembram a partir de González (1984), que graças a formação histórica do nosso país, o racismo justificou a subalternização e exploração de pessoas negras, em especial das mulheres negras, atravessadas pelas opressões fundantes do capital, estando condicionadas historicamente a trabalhar dentro das casas de mulheres brancas em uma hierarquização de poder garantindo a opressão e exploração mesmo dentro da classe trabalhadora.

De acordo com o DIEESE (2020) no Brasil, Mulheres representam 92% de pessoas ocupadas no trabalho doméstico, das quais 65% são mulheres pretas, com jornadas de trabalho chegando a 55 horas semanais, com uma renda mensal de 826 reais, onde as mulheres negras recebem 15% a menor em média. O valor pago pela força de trabalho das mulheres negras mostra a clara e violenta exploração histórica a qual esse tipo de trabalhadora é sujeita. Isso sem considerar em dados que essa mesma

mulher é responsável pela reprodução social de sua família, perpetuando estruturalmente a condição de famílias alheias ao formato da classe dominante a qual o capital exige para a valorização enquanto força de trabalho.

Esta abordagem teórica implica na compreensão da produção e reprodução como partes indissociáveis para o funcionamento da estrutura capitalista, regido sob a lei máxima do valor. Neste caso, o trabalhador atua não somente na produção de mercadorias, mas na produção de mais-valor. Ele se torna parte essencial, onde apenas ele é capaz de produzir a “substância formadora de valor”, isto é, a quantidade de trabalho humano abstrato contido nas coisas, a força de trabalho.

4. Considerações finais

As reflexões aqui sistematizadas pretenderam contribuir para a apreensão das determinações da formação social brasileira, em perspectiva latino-americana. A ênfase do texto revela a questão sociossexual e racial do trabalho como parte das relações sociais que constituem o capitalismo dependente. Essa forma, calcada na sobreapropriação repartida do excedente ou na superexploração da força de trabalho. Com isso, é preciso reconhecer que está engendrado no processo da mercantilização da nossa força de trabalho e na inserção do nosso país na divisão internacional do trabalho precarizado, em especial o trabalho doméstico feminino. Na atualidade da realidade latino-americana tem fundamento nas condições de superexploração da força de trabalho.

Dessa forma, destacamos as linhas de continuidade e de ruptura no processo de hegemonização do trabalho livre no Brasil, onde as formas transitórias de exploração da força de trabalho compõem a passagem do Brasil colonial ao capitalismo dependente.

Sendo assim, pode-se concluir que para enfrentar essa dinâmica injusta é preciso resistir e transformar a realidade por meio da luta de classes, analisando os problemas sociais à luz de uma perspectiva dialética, unitária e pela totalidade. No que tange à divisão sociossexual e racial do trabalho doméstico feminino, é indispensável que essa atividade laborativa, que sustenta toda a sociedade, seja valorizada, remunerada e redistribuída.

Assim, remetemos à análise da Teoria Marxista da Dependência para estudar as formas particulares de produção e reprodução capitalista no capitalismo *sui generis* (Marini, 1976), pois entendemos que a formação do capitalismo dependente só pode ser compreendida em função da acumulação de capital em escala mundial. “Tais transformações reorientam o sentido da industrialização dos países nos quais esta já havia começado, e iniciam e orientam a industrialização em vários países que até então não tinham desencadeado este processo” (Bambirra, 2012, p. 33). Assim, compreendemos aqui que o modo de produção no capitalismo dependente é essencialmente articulado à dinâmica que assume historicamente o capitalismo nos países centrais.

Com isso, é preciso reconhecer a contribuição da perspectiva unitária sob o modo de produção capitalista entendendo-o como complexo de relações sociais de exploração, opressão, dominação e alienação. E estas se relacionam de forma integrativa e ontológica. Sendo assim, a teoria feminista-marxista unitária presume, na sua essência, a tentativa de aproximação da totalidade social no sentido marxiano. Ela revela a superação das dicotomias entre produção e reprodução social.

Consideramos sob este aspecto que o patriarcado, como um sistema histórico de dominação-exploração das mulheres pelos homens (Saffioti, 1976), expressa desdobramentos na divisão sociosexual e racial do trabalho pela desigualdade salarial, de ocupações no trabalho. Podemos concluir, então, que apesar do trabalho doméstico feminino não ser um fenômeno novo e muito menos restrito à realidade brasileira, distingue sob as particularidades como estrutura do modo de produção capitalista dependente (Nogueira e Passos, 2020), em especial pela sua racialização. Um elemento crucial é o reconhecimento da estrutura da reprodução social intrinsecamente relacionada à produção social.

5. Referências

BAMBIRRA, Vânia. *O Capitalismo Dependente Latino-Americano*. Florianópolis: Insular, 2012.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social?. *Socialist Worker*. Tradução Renata Vereza, 2013.

DIEESE. *Trabalho Doméstico*. Infográfico. DIEESE, 2020. Acesso em: 19 de Maio de 2024. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/infografico/2023/trabalhoDomestico2023.html>

ENGELS, Friedrich. *A Origem da família, da Propriedade Privada e do Estado*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FAGUNDES, Gustavo. *A estrutura do racismo no Brasil: condições históricas e sociais para a consolidação da superexploração da força de trabalho*. 2020.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

FERREIRA, Carla Cecília Campos; FAGUNDES, Gustavo Gonçalves. Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça. *Temporalis*, [S. l.], v. 21, n. 42, p. 62–76, 2021. DOI: 10.22422/temporalis.2021v21n42p62-76. Disponível em:

<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36500>. Acesso em: 18 maio. 2024.

GONZALES, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, p. 223-244, 1984.

GUARIENTO, Suellen; CRUZ, Monique. A centralidade do racismo para compreensão e enfrentamento da violência de Estado no Brasil. In: FRANÇOSO, Olívia (Org.). *Clínica Política: A experiência do Centro de Estudos em Reparação Psíquica lá em Acari*. Rio de Janeiro: ISER, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Centelho: Coimbra, 1976.

MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOURA, Clóvis. *O racismo como arma ideológica de dominação*. Edição 34, São Paulo, 1994. Disponível em: https://www.geledes.org.br/o-racismo-como-arma-ideologica-de-dominacao/?gad_source=1&gclid=CjwKCAjwx-CyBhAqEiwAeOcTdcImVYd2s1feiB7DqzFDjxvopXqEmLd6YlWtCKaeAgvnW2hTj4PWPxoCyIIQAvD_BwE. Acesso em: 15 de maio 2024.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei; PASSOS, Rachel Gouveia. A divisão sociosexual e racial do trabalho no cenário de epidemia do covid-19: considerações a partir de Heleith Saffioti. *Caderno C R H*, Salvador, v. 33, 2020, p. 1-9.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

RUAS, Rayssa. Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. *Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, Vol. 12, N. 01, 2020, p.379-415.

SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, Theotônio dos. *Imperialismo y Dependência*. Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011. N° 5.

SARAIVA, Clara Comide. *A relação entre trabalho doméstico, valor e capitalismo dependente: uma crítica à luz da teoria da reprodução social*. 2021. Dissertação (mestrado). Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

VOGEL, Lise. *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*. Chicago: Haymarket Books, 2013 [1983].